

## **Espaço e lugar na formação de professores: uma síntese da educação ambiental crítica com conceitos da geografia e da antropologia**

Marcos dos Anjos<sup>1</sup>

**GT: GT 7 – Educação, Saúde, Território e Sustentabilidade**

### **Resumo**

O trabalho, em caráter ensaístico, objetiva relacionar conceitos das áreas de geografia e de antropologia, a fins de qualificar a abordagem de problemas de pesquisa, em andamento, sobre ingresso e permanência dos estudantes do Curso de Licenciatura em Artes na UFPR Litoral. A metodologia nutre-se da perspectiva do materialismo dialético, desenvolvida durante o módulo “Fundamentos das Relações Meio Ambiente, Sociedade e Educação” do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável do Setor Litoral da UFPR. As noções de espaço e lugar são testadas como categorias de análise que poderão ser desdobradas, em estudos futuros, na formação de professores. Considera-se a operacionalidade dos conceitos de antropoceno e capitaloceno na investigação de uma ideologia ecofascista em ascensão no cenário político. Encaminha-se na direção de pensar uma outra globalização, percebendo no recurso discursivo das escritas de si uma via promissora para a localização dos sujeitos *no* e *com* o mundo. Na perspectiva da macrotendência ambiental crítica, identifica-se no conceito de Bem Viver uma referência para construir uma abordagem, que focaliza as condutas sociais e ambientais acionadas pelos sujeitos para produzir e manter seus vínculos de pertencimento comunitário e, simultaneamente, estabelecer novos vínculos durante a vida universitária, tema da pesquisa do autor. O ensaio conclui propondo uma via metodológica à abordagem de desafios para uma educação ambiental que dialogue organicamente com as experiências sociais emergentes das práticas criativas de grupos sociais minoritários, suas territorialidades, e capacidades, quiçá identificando vias de escape aos mecanismos de controle por meio de suas resistências e resiliências.

**Palavras-chave:** Espaço e lugar; Bem Viver; Formação de professores.

<sup>1</sup>Mestrando; PROFCIAMB/UFPR Litoral; Matinhos, Paraná, Brasil. Email: marcosmda.mda@gmail.com

## **Da minha pesquisa: localizando o autor**

Como técnico-administrativo na educação há dez anos e, mais recentemente, estudante em pós-graduação, situado no sul global, busco, neste ensaio, aprofundar diálogos iniciados durante o curso do módulo “Fundamentos das Relações Meio Ambiente, Sociedade e Educação” do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável do Setor Litoral da UFPR com o objetivo de qualificar uma via metodológica para a pesquisa, em andamento, acerca do componente estudantil da UFPR Litoral. A pesquisa é motivada por relatos de vida de discentes nos atendimentos feitos na assessoria do Curso de Licenciatura em Artes e em conversas informais. A proposição considera a macrotendência crítica da educação ambiental, apontada por Layrargues e Lima (2014), identificando, nessa perspectiva complexa, potenciais à elaboração de questões culturais, individuais e subjetivas.

O objetivo desse ensaio será o de relacionar conceitos estruturantes das áreas de meio ambiente, sociedade e educação com noções das áreas de geografia e de antropologia a fins de qualificar a abordagem de problemas de pesquisa sobre ingresso e permanência dos estudantes do Curso de Licenciatura em Artes na UFPR Litoral, aprofundando algumas discussões realizadas em sala de aula a respeito das bibliografias recomendadas ao longo do módulo com colegas e professores. Temas como Antropoceno, Capitaloceno, desenvolvimento sustentável, Bem Viver, reforma empresarial da escola, entre outros, articulam-se e contribuem para o amadurecimento da pesquisa acima mencionada. Esse texto discorrerá, por fim, sobre estudos relacionados à história, à antropologia e à geografia, por entender que aspectos geopolíticos contextualizam os debates com conceitos fundamentais apreendidos nas leituras dos textos.

A universidade, como aparato do Estado, é compreendida como portadora de territorialidade, onde discursos e práticas hegemônicas ou críticas estão em disputa. O espaço da UFPR Litoral, em particular, é reconhecido como espaço de mediação importante para que os sujeitos se posicionem diante de seus contextos social e histórico, como lócus de produção e reprodução de modos de vida e, conseqüentemente, de constituição de subjetividades e de novas condutas sociais e ambientais, como propõe, entre outros, Freitas e Resende (2016).

O estudo autobiogeográfico, de acordo com Manoela Afonso dos Anjos Rodrigues (2017) mobiliza elementos de autobiografia e de geografia e almeja que sua montagem

traduza um diálogo entre fragmentos de memória, imagens, temas e tópicos, possibilitando uma narrativa articuladora dos conceitos de espaço e lugar, deslocamentos do autor em diálogo com os deslocamentos dos sujeitos de interlocução. Busca-se por esta perspectiva em diálogo com questionamentos acerca dos impactos do ensino formal ou vertical na formação de novos professores (licenciados), e também, analisa-se tais impactos na formação horizontal de discentes em trânsito pela jornada acadêmica. Trata-se de considerar estudantes egressos do ensino médio, oriundos de diversas origens, e pensar a universidade como espaço de encontro de sujeitos que dialogam com novas práticas tecnológicas, políticas, sociais e ambientais. Testa-se a compreensão da comunidade acadêmica como um arranjo de comunidades porosas, cujos laços se desfazem e refazem a cada geração de ingressos e egressos, requerendo constantemente a sua reconstrução.

Conforme Tuan (1980), a geografia humanista revela como "espaços de lugar" surgem associados à perspectiva subjetiva individualizada, muitas vezes em oposição à noção de espaços fluidos e globais. A contribuição da autobiogeografia é trazer inteligibilidade a esses registros pessoais, de modo que a produção e a manutenção dos vínculos de pertencimento ao lugar, não ocorrendo senão em uma sociedade em movimento, produzem reflexões sobre territorialização-desterritorialização-reterritorialização, vide Haesbaert (2004). Este autor aponta como, de modo desigual, os mais abastados têm tido mais acesso a novas territorializações, em crescente velocidade, enquanto os menos abastados têm tido menor acesso a tantas e novas territorializações, sofrendo "desterritorializações".

Para ele, o Estado é coordenador de processos em contínua territorialização e desterritorialização, balizando o processo de globalização-fragmentação, ante ao contexto econômico e político acelerado pelo pós-fordismo, ao qual o Estado tem buscado adaptar-se. Nesse sentido, em "O Espaço do Cidadão" (1993), Milton Santos responsabiliza o Estado pela perda da noção de direitos políticos e individuais e propõe mudanças no uso e na gestão do território para criar uma cidadania respeitosa à cultura e à liberdade.

Se a produção de conhecimento de episteme eurocêntrica afasta a subjetividade, a criatividade e a individualidade, Afonso Rodrigues (2017) propõe a metodologia autobiogeográfica como uma prática decolonial inspirada nas geografias humanista e feminista, reforçando o âmbito relacional nas pesquisas. Conforme Saquet e Silva (2008), o

fundamento da geografia humanista é a paisagem local como lócus de um sujeito, ampliando subjetividades sociais, individuais e coletivas. A geografia crítica incorpora uma análise que toma em consideração desigualdades de acesso ao território e ao poder, que são limitadoras dos modos de viver.

Manoela dos Anjos Afonso Rodrigues (2016), autora da qual essa pesquisa depreende boa parte de sua metodologia, diferencia geografia humanista de geografia feminista, dialogando com importantes representantes dessas áreas de conhecimento, respectivamente, Yi-fu Tuan e Doreen Massey. Na tese de Afonso Rodrigues (2016), ela salienta que o primeiro autor possui uma abordagem nostálgica e conservadora para o conceito de lugar, enquanto a segunda autora é progressista.

Para Tuan (1977), o lugar pode ser visto como uma pausa no movimento e é mais relacionado à ideia de segurança; para Massey (2005), o lugar é resultado de interconectividade específica dentro do espaço e com ele, evitando despolitizar e fechar o conceito de lugar. Afonso Rodrigues ainda relaciona essa discussão em geografia aos estudos de decolonialidade, ao argumentar, a partir de Mignolo (2002), que a diferença colonial gera um lugar de enunciação no qual a “colonialidade do ser” produz uma realocização do pensamento, consciência crítica do conhecimento de geopolítica.

### **Articulando metodologias**

Realizada essa primeira aproximação à base teórica da pesquisa, apresentarei uma contextualização da educação ambiental intercalando a leituras e debates desenvolvidos em sala de aula. Em seguida, buscarei relacioná-la às implicações sociais e de educação, pelo método do materialismo histórico-dialético de Karel Kosik, em *Dialética do Concreto* (1976), Antonio Gramsci, pela interpretação Hugues Portelli sobre o bloco histórico (1977) e *Pedagogias da Terra*, de Moacir Gadotti (2001), dentre outros. Assim, a interface da educação ambiental torna-se eixo de síntese das temáticas abordadas ao longo do texto.

A Conferência de Estocolmo, em 1972, é uma das principais referências na mudança de engajamento rumo a uma nova consciência ambiental, a qual adquire um novo patamar, pois as principais potências econômicas passaram, ao menos formalmente, a empregar um discurso e um fazer político amparado em pesquisas científicas relacionadas com as

preocupações do clima e da biodiversidade. Quinze anos mais tarde, em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável, do Relatório de Brundtland, passou a ser a principal referência a se pensar sobre os novos rumos da política e da economia, uma espécie de paradigma universal.

Desenvolvimento sustentável torna-se, assim, equiparável à democracia liberal, conforme tese que Francis Fukuyama proporia em “O fim da história e o último homem” (1992), em que a democracia liberal seria modo último de organização do Estado, proposta essa apresentada cinco anos após o fim da Guerra Fria, em 1991. Entendo que a obra de Fukuyama de destaca não pelo conteúdo em si, mas pela difusão que alcançou apesar do conteúdo, cobrindo mesmo como uma cortina de fumaça sobre ideologias conservadoras, cuja expressão em 1990 ainda não eram admitidas, mas que atualmente tomam à frente no cenário político.

Entendo esse cenário como narrativa hegemônica, e, portanto, este texto visa à revisão crítica e à apresentação do conceito de Bem Viver enquanto uma alternativa por uma outra globalização, parafrazeando o título de um livro de Milton Santos (2023). Para tanto, os primeiros textos discutidos em aula, “Uma nova era geológica em nosso planeta: Antropoceno”, de Artaxo (2014), e “Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global”, de Barcelos (2019), retomam a ideia do surgimento do mundo e da humanidade até a contemporaneidade. Artaxo apresenta uma abordagem evolutiva mobilizando estimativas da história geológica da Terra, em escalas aproximadas de quatro bilhões e meio de anos, comparativamente ao surgimento da humanidade, a cerca de duzentos mil anos atrás.

Ao meu entender, tal retomada contribuiu para apequenar a ambição humana frente à perenidade da natureza, isto é, uma possível destruição da vida no planeta - o que significa uma catástrofe para os humanos significaria um período relativamente pequeno para o planeta até que a vida fosse restabelecida, como o foi após outros eventos de extinção. Se apenas nos últimos trezentos anos a humanidade acelerou sua tecnologia para causar sua extinção, dificilmente o planeta não rearranjaria suas propriedades e continuaria a ser o terceiro corpo celeste no sistema solar, retomando a produção de vida por si só, conforme trabalhado no conceito de Antropoceno.

Contraopondo a essa linearidade da história, autores críticos apontam tratar-se da era do capital - ou Capitaloceno -, tendo em vista que o cerne do debate se encontra em repensar outras formas de produção, distribuição e consumo, ou mesmo de pensamento. Por exemplo, o conceito de República, de inspiração aristotélica, vinda da antiguidade clássica, é posto em xeque, entendido como raiz da divisão entre humanidade e natureza, uma instância chave a partir da qual o princípio de racionalidade é a visão do ambiente como recurso.

No século XIX, a ideia de evolução de Darwin inspirou, distorcidamente, um entendimento científico visando à supremacia de grupos humanos contra outros grupos. Do século XIX à atualidade, conceitos como eugenia e ecofascismo representam apenas a permanência de práticas antigas, que somente adquirem novos discursos, nova roupagem. O capítulo sobre ecofascismo, de Carlos Taibó (2019), alerta sobre essa ideologia permanecer latente e atualizando-se, por meio de grupos fechados de simpatizantes. Ele cita a conclusão de Janet Biehl, a qual aponta, “com argumento certo, que ‘esta combinação de nacionalismo, autoritarismo e admiração por líderes carismáticos, legitimada por uma ‘ecologia’ mística e biologicista, é potencialmente catastrófica na área social”.

Taibó segue: “Já assinalei – e volto a fazê-lo – que, se, no passado, a eutanásia dos pobres era justificada com base nas necessidades do capital, agora começa a se defender, para cimentá-la, um suposto compromisso com o planeta e sua preservação”. A necropolítica, de Achille Mbembe (2018), contribui para essa compreensão ao se perceberem medidas de austeridade sendo tomadas à revelia de populações cuja voz é menor nos espaços de poder democrático, e a noção de racismo ambiental contribui para a denúncia sobre como as tragédias naturais vitimizam os mais vulneráveis. Já para Barcelos (2019), importa que a noção de Antropoceno considera, majoritariamente, aspectos geológicos nas mudanças ocorridas nos últimos três séculos, quando também emergem as relações de classe, os conflitos e as assimetrias planetárias.

Por sua vez, Tatiana Poggi (2021) investiga o histórico da ideologia fascista com desenvolvimento científico da noção de meio ambiente, sobretudo na região que hoje é a Alemanha, mas não só nesse país. Ela apresenta termos como “povo” e “terra” *Blut und Boden*, “romantismo conservador”, apontando que essa ideologia ainda hoje permanece no subconsciente social. Particularmente, percebo que o ecofascismo constitui um tipo de

cosmologia no pensamento do que politicamente se chama ultradireita, representando um posicionamento antagonizante nos espaços de poder político e social, às vezes mais enfático, às vezes mais sutil. No campo de conhecimento da geografia, essa ideologia é percebida como uma extensão do geógrafo Friedrich Ratzel, o qual desenvolveu os conceitos de espaço vital e a tendência determinista da geografia.

Moraes (2007) apresenta, em “Geografia Pequena História Crítica”, o desenvolvimento epistemológico da disciplina e esclarece aspectos contextuais das diferentes escolas de pensamento geográfico, como o pensamento francês Vidal de La Blache, que apresenta a tendência possibilista, opondo-se à da Alemanha, mas, ainda assim, servindo às potências imperialistas. Na sequência, apresenta a geografia quantitativa, a qual absorve elementos de planejamento governamental em ascensão no período de 1930 a 1970. Por fim, traz as duas geografias hoje vigentes: a Pragmática e a Crítica. Na geografia Pragmática, os geógrafos apropriam-se da tecnologia computacional, que se acelera a partir dessa década e passa a servir às grandes empresas; e, na geografia Crítica, visam a contribuir com o pensamento socioambiental radical, de modo a potencializar a transformação da realidade concreta.

Pádua (2010), em “As bases teóricas da história ambiental”, compreende que o comportamento social dos seres humanos no mundo natural, como na estrutura socioeconômica da vida coletiva, passa pelas visões de natureza e do significado da vida humana. Posto de outro modo, as manifestações culturais não ocorrem isoladas do mundo vivo e, para estabelecer a linguagem e outras categorias de entendimento, sempre trazem consigo elementos da biodiversidade e a experiência física no planeta, ou melhor, de lugares específicos no planeta. O autor articula ainda as noções de história ambiental, arregimentando nomes como Fernand Braudel e o brasileiro Gilberto Freyre, acentuando o caráter local e climático que esses autores desenvolvem em suas obras.

Desta forma, o artigo de José Augusto Pádua torna-se um exemplo da interpretação crítica e de base materialista histórica, ao problematizar da escala global à local, tratando especificamente do Brasil. Compreendem-se as consequências e as oportunidades de uma nova investigação, visando a epistemologia, para a reflexão e ação a respeito do fundamento das relações meio ambiente, sociedade e educação.

Nesse sentido, vale destacar outro elemento de linearidade que precisa ser

desconstruído, que é a história, pois ela é considerada tradicionalmente apenas desde o surgimento da escrita, entre cinco ou sete mil anos atrás, excluindo nesse processo a história de povos ágrafos, cujas tradições orais possuem ancestralidade difícil de ser datada. Contextualizando na contemporaneidade, esse eixo de análise permite incluir populações indígenas, analfabetos e outros grupos sem letramento, cuja inclusão nos direitos democráticos foi reconhecida há poucas décadas, de modo a perceberem-se brechas no entendimento de democracia. Logo, a democracia liberal, por exigir a apreensão da linguagem no idioma oficial do Estado, viabiliza a participação de uns e não de outros, e a noção de cidadão pela qual se lutou nos séculos passados se perde para a de consumidor. Essa crítica é realizada por diversos intelectuais atualmente, como em “Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico”, de Milton Santos (2008).

A escrita deve ser compreendida como uma relação do ser humano com a natureza, na engenhosidade do registro histórico e da capacidade de análise do intelecto humano. Contemporaneamente, faz-se uso de metais e minerais específicos para a construção de computadores e a viabilização das tecnologias das telecomunicações, as quais dependem de uma infraestrutura física complexa para funcionar - envolvendo desde água (para o resfriamento de todas as operações) até chips de altíssima velocidade.

A localização, a extração, a distribuição e o uso desses minerais raros definem a geopolítica do futuro das nações em constante competição pela liderança tecnológica, mesmo que, para isso, espaços ecológicos sejam violados. Territórios indígenas reconhecidos são invadidos, e a poluição nas florestas, nos rios e nos mares são percebidos como externalidades a atividades econômicas, como se pode constatar em manuais de economia, por exemplo.

Se o capitalismo rege-se pela percepção de serem os humanos como seres flutuantes sobre a natureza, o Bem Viver, como nos atesta Ailton Krenak, por outro lado, tem por finalidade compreender a unicidade e o entrelaçamento do homem e do meio ambiente, em parâmetros físicos, simbólicos e espirituais. Uma vez mais, se a inspiração iluminista, de um lado, teve seus méritos, por outro lado, não inovou e, como na tradição judaico-cristã, manteve o homem como senhor sobre a criação.

O conceito de Bem Viver possui autoria dos povos autóctones americanos, os quais já possuem algumas conquistas por conseguirem registrar os processos naturais como pessoa

jurídica em constituições federais, como na da Bolívia, da Colômbia e do Equador, pois nelas a natureza e os processos naturais são reconhecidos como sujeitos de direito. O autor indígena Ailton Krenak, no livro “Ideias para Adiar o Fim do Mundo” (2020), discorre sobre a personalização de elementos tidos como inanimados para a civilização ocidental - como rochas ou rios - mas que, para as pessoas indígenas, não são diferentes de um ente da família - um avô ou um protetor ancestral vivo.

Ailton Krenak conta sobre a contaminação do rio Watu, por um rompimento de barragem de resíduos de mineração, à semelhança das tragédias de Mariana e Brumadinho. Watu, para ele um avô, adocece e morre ao deixar de fornecer vida à natureza circundante e de ser referência de território ao povo Krenak; a corrupção, tema recorrente nos debates públicos, pode ser entendida, nesse contexto, como o desrespeito e mesmo a destruição de rios e ecossistemas.

Doreen Massey (2008) relata, em “Pelo Espaço”, a respeito dos tratamentos paradigmáticos da antropologia e do fato de certos antropólogos se referirem aos povos tradicionais como atrasados, como que vivendo em um espaço pertencente a um tempo passado. A Antropologia, nesse sentido, sanciona um processo ideológico pelo qual relações entre o Ocidente e o Outro, entre antropologia e seu objeto, foram pensadas não apenas como diferentes, mas como distância no espaço e no tempo - citando Johannes Fabian (1983).

O CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente, assim como outros órgãos do Estado brasileiro, deveria ser capaz de prevenir esses acidentes, ou mesmo essas práticas antes que atingissem estados graves que pusessem as populações vulneráveis em risco de grandes acidentes, como os mencionados. Contudo, embora o Brasil tenha sido o primeiro país a fixar, em âmbito constitucional, a obrigatoriedade dos estudos de impacto ambiental, muito da regulamentação em vigor não é cumprida, e a participação popular é mínima, senão nula.

O atual ministro da Educação, Camilo Santana, discorre sobre essa realidade em sua dissertação de mestrado, nos anos 2000, pois nela é apresentada a realidade de que, enquanto os países desenvolvidos tiveram suas legislações sobre o meio ambiente originadas de participação social, os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, tiveram a legislação originada da pressão internacional sobre o tema.

Precisa-se então fomentar a consciência e a participação popular, e, para esse fim, apresento a seguir o método do materialismo dialético, o qual considero mais apropriado para abordar esse desafio. Uma educação ambiental deve pressupor o desenvolvimento sustentável, pautando-se pela investigação de categorias dialéticas, dialógicas e as de Moacir Gadotti (2001), presentes em “Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e Educação Sustentável”. São elas: a planetaridade, a sustentabilidade, a virtualidade, a globalização e a transdisciplinaridade.

As duas primeiras mencionadas remetem-nos aos mestres Karl Marx e Paulo Freire; a dialética contribui para a apreensão do conceito de luta de classe, um conflito entre grupos sociais que não se dá apenas no mercado, mas na sociedade como um todo, na mídia, nas universidades, nos governos e demais aparatos do Estado. A dialogicidade, por sua vez, refere-se à primazia do diálogo horizontal com os oprimidos pelo sistema capitalista.

O professor Moacir Gadotti apresenta então essas cinco categorias para análise das perspectivas atuais da educação, às quais acredito que podemos endereçar essa avaliação. A sustentabilidade implica pensar em uma cultura de sustentabilidade por todos os sujeitos sociais, contudo, mais do que um conceito estabelecido por intelectuais internacionais, é fundamental que valorizemos os saberes locais dos povos originários e daqueles que vivem o cotidiano, desenvolvendo a práxis crítica. A planetaridade, por sua vez, traz a noção da escala de nosso planeta, do respeito aos processos naturais, que circulam em todo o globo, e ao fenômeno das migrações humanas.

Na sequência, a virtualidade nos atualiza no que tange à tecnologia, às novas possibilidades de educação, cuja acessibilidade precisa ser estendida democraticamente a todos, de modo que políticas públicas necessitem ativamente suprir a lacuna entre ricos e pobres. Ela vincula-se à próxima categoria, a globalização, que, percebida como fábula, precisa ser superada. Milton Santos (2000) apresentou que o modo como ela se dá neste momento é perverso, e devemos construir uma outra globalização. Por fim, a transdisciplinaridade levanta um importante tópico: mais do que a conexão de conhecimentos formais, é preciso integrar a valorização de diversas subjetividades, ainda na formação escolar e universitária, de modo a trazer à tona narrativas silenciadas e novos espaços de fruição cultural.

A base teórico-metodológica é compreendida por meio de conceitos do materialismo

dialético, por meio da bibliografia de Karel Kosik e Antonio Gramsci. Este último, por meio da reflexão de Portelli (1977), traz reflexões sobre as relações da estrutura com a superestrutura, isto é, os aparelhos do Estado, disseminando sua ideologia hegemônica, cuja direção, hoje, é percebida como majoritariamente orientada ao lucro em detrimento da proposta de educação ambiental que pressupõe o desenvolvimento sustentável. Cada aparato do Estado, sobretudo a escola e a universidade, que é o nosso campo de trabalho nesse momento - desde o Ministério da Educação até o meu campo de atuação na universidade, como pesquisador e profissional que atua na formação de professores - precisa ser investigado.

Nesse sentido, retomo Kosik (2002), uma referência na interpretação marxista, de modo que poderemos aplicar conceitos como fenômeno, essência e superação da pseudoconcreticidade a fim de encontrarmos um caminho para a educação ambiental crítica. Segundo esse autor, o cotidiano do sujeito é valorizado e, ao mesmo tempo, posto em xeque, pois é investigado como fenômeno dos sentidos e das primeiras ideias, alicerçando-se na história, entendida como sedimentadora de interpretações. Esse autor chama “detour” a estratégia ou o método para se atingir a verdade de um dado campo de conhecimento.

Por exemplo, o que são as cadeiras e carteiras de uma escola? Elas são adquiridas por meio de licitação? Se sim, como foi esse processo de licitação? Foi dentro de parâmetros éticos de legalidade? De que material são essas cadeiras e carteiras? Se são de madeira, de onde essa madeira foi extraída? Quais as condições de trabalho utilizadas para a extração, a produção e o transporte até a escola? As cadeiras são estofadas? As carteiras são ergonômicas? Quais preocupações orientaram a escolha por determinado tipo e não por outro?

É necessário, então, provocar, nos educandos e educadores, cidadãos e dirigentes, uma postura incisiva da realidade, desvencilhando-se da pseudoconcreticidade, um falso senso de conhecimento, seja científico seja midiático, da realidade. A partir da visão de Luiz Carlos de Freitas (2018), em “A Reforma Empresarial da Educação: Nova Direita, Velhas Ideias”, pode-se conceber a ideia de que o gerenciamento das escolas públicas precisa ser retirado da responsabilidade do Estado e entregue à iniciativa privada, pois o Estado seria o principal inimigo da geração de qualidade social, é um exemplo de uma pseudoconcreticidade.

Em seu estudo, Freitas (2018) levanta pesquisas de institutos norte-americanos sobre essa tendência e a chegada ao Brasil de ideias como o uso de *vouchers* para os pais de alunos

carentes ou, ainda, a contratação e a demissão de professores a partir de uma lógica empresarial. Esse movimento de reforma da educação é percebido como *top-down*, pois ele é adotado nos centros capitalistas e chega até professores e estudantes nos países que estão na periferia desse sistema.

Mesmo o termo “reforma” é problematizado por Freitas, citando Diane Ravitch (2013): “‘Reforma’ realmente não é um bom nome, porque os defensores dessa causa não procuram reformar a educação pública, mas transformá-la em um setor empreendedor da economia.” O autor conclui que é surpreendente que se tenha justificado essa abordagem com a afirmação de que ela diminuiria a segregação escolar, quando o fato de se lançar a educação (escolas, professores e estudantes) em uma espécie de “darwinismo social” somente poderia, como aconteceu, vir a agravar os processos de segregação – produto da própria concepção meritocrática que está na base do neoliberalismo.

Minha pesquisa dialoga com esse cenário justamente por buscar inverter as vozes que contribuem para as políticas de gestão da educação, isto é, conhecer as trajetórias de vida e colaborações dos próprios estudantes para o desenvolvimento de um movimento da base para os grandes centros decisórios. Essa concepção tem inspiração desde autores alinhados à causa ambiental, como Porto-Gonçalves (1990), em “Descaminhos do Meio Ambiente”, dizendo para deixar os povos falarem para defender os valores locais, como autores alinhados à causa da educação, como Paulo Freire (2013), ao chamar a atenção para a predominante lógica de educação bancária presente nas relações de ensino aprendizagem nas escolas, de modo que a autonomia estudantil é mais limitada.

Em contraste, nos eixos pedagógicos da UFPR Litoral (vide Projeto Político Pedagógico de 2008), os educandos são estimulados à autonomia, à socialização e à descoberta de si. Ter como sujeitos os educandos da UFPR Litoral é um privilégio por poder contar com uma instituição que desde sua instalação, em 2005, impacta e inova nas relações de saber e fazer. Assim, faz-se necessário o levantamento das conquistas e recuos de sujeitos críticos, proponentes de condutas conscientes de si e do meio, para a redução das desigualdades.

Ailton Krenak também traz reflexões sobre o assunto a partir da entrevista de Laura Rachid (2023), na qual esta lhe pergunta: “A sua concepção de escola é a de crianças cuspidas em uma caixa de depósito. Já a sala de aula seria o chão da fábrica. Em que tipo de educação

acredita? Onde está essa educação? Ela acontece em algum local?” Então, Krenak responde: “[...] No Ocidente, a ideia de educação começa com um erro fundamental: acreditar que ela é um assunto exclusivamente da espécie do humano. Então, o humano não se educa com um cavalo, com um peixe, ele não se educa com um pássaro cantando ou com um evento qualquer daquilo que a gente chama de natural. Esses eventos estão todos surdos, cegos e mudos. Não têm nada a dizer para o humano. Isso sugere que, na verdade, quem está cego, surdo e mudo é esse humano que perdeu a noção de tudo e que criou uma ideia de si atomizada, um átomo. Então eles se batem por aí, se movem por aí, mas não são capazes de se permitir atravessar-se por outras antologias, por outras perspectivas, por outras poéticas”.

Ao longo da entrevista, Krenak questiona o letramento para a construção da cidadania, pois mesmo a cidadania já não é mais desejada na sociedade, mas é valorizada a ideia de se transformar o aluno em um consumidor, um cliente. “Se você insistir numa atitude cidadã passa a ser discriminado, desprezado”. O filósofo cita a liderança indígena Davi Kopenawa Yanomami, o qual consegue identificar o que chama de civilização da mercadoria, que são os brancos em geral. Cita também a Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, em 2019, intervenção cujo lema foi “Território: Nosso Corpo, Nosso Espírito”. Se o nosso corpo é nosso território, então a língua do território, a linguagem do território e a fala do território deveriam nos guiar para uma transformação.

Enquadro, portanto, minha pesquisa em uma perspectiva ampla de conflito socioambiental; entendo que muitos desses estudantes graduandos em licenciaturas são, portanto, futuros professores e terão de lidar também com essas questões, não havendo formação acadêmica suficiente que os prepare para essa realidade, que também é de vulnerabilidade econômica e política. Boaventura de Sousa Santos, entrevistado por Ana Elisa de Castro Freitas (2020), orienta ser uma medida fundamental a união e a associação de uma identidade com outras identidades, dentro da própria universidade ou fora dela. Ele também contextualiza o cenário nacional brasileiro e relata que o apoio via políticas afirmativas é transitório às identidades, de modo que há momentos da falta de tais políticas e até sua reversão em vigilância e forças de desconstituição do que havia antes.

Portanto, faz-se necessária a constituição de comunidades e de condições para que estudantes se conheçam melhor entre si, inclusive com iniciativa docente para a valorização

de um currículo horizontal, em que os estudantes aprendam entre si. À luz de Christiano Nogueira (2023), por fim, o ensino da educação ambiental deve promover um novo patamar de relações entre os seres humanos e a natureza, em que a natureza humanizada possua um novo significado para a sociedade e transforme os territórios.

Natália Rios (2021) prefaciou o “Almanaque Ecosocialista de Práticas Educativas” da seguinte maneira: “Quanto tempo temos para reinventar o futuro? Esta pergunta tem ecoado em minha mente e há nela um caráter de urgência cada vez mais evidente. Vemos diariamente o tempo se reduzir. Os extremos climáticos, os refugiados ambientais, as safras perdidas, as espécies extintas, os ‘acidentes’ ambientais... E nesta ânsia de reinventar o futuro, a sociedade, paralisada, grita às escolas: rápido, reinventem as crianças!”

A organizadora desse almanaque, Maria J. G. S de Lima (2021), também parte da perspectiva crítica da educação ambiental e reivindica o ecosocialismo como tradição política de base marxista, que teve início na década de 1980, a partir de referenciais teóricos em Michael Löwy, Daniel Tanuro, Sabrina Fernandes e John Bellamy Foster. Ela apresenta um exemplo de proposta para gerar espaços de debates e trocas sobre educação ambiental ecosocialista, a partir dos quais novas práticas surgem, num eterno tecer de histórias e memórias da educação ambiental escolar.

Evandro Cardoso do Nascimento, em “Malhas da Reciprocidade: a Pesca Coletiva da Tainha na Ilha do Mel - Litoral do Paraná (2017)”, apresenta a teoria da reciprocidade como uma forma de relações humanas alternativa à troca mercantil. Em sua pesquisa de campo, ele percebeu a complementaridade entre as duas formas, de reciprocidade e troca, entre os pescadores na Ilha do Mel, mas as relações de reciprocidade fortalecem mais a coesão, a solidariedade e a transmissão de saberes locais.

Ele realiza um levantamento teórico da reciprocidade por meio de sociólogos, etnólogos e antropólogos, do início do século XX até autores contemporâneos, como Dominique Temple e Eric Sabourin. Deste modo, discorre sobre o papel estruturante dessa forma de relação humana e suas categorias, como apresentado a seguir: níveis de análise - o real, o simbólico e o imaginário; as formas em si - sendo positiva (relações de amizade), negativa (ciclos de vingança) e simétrica (relações neutras); e os modos das relações-chave de compartilhamento - estrutura binária face a face, estrutura binária de compartilhamento,

estrutura ternária unilateral, estrutura ternária bilateral e estrutura ternária centralizada.

Em cada estrutura, são identificados seus efeitos subjetivos e princípios motivadores. Algumas vezes, esses são relacionados à dádiva, no caso da reciprocidade positiva; em outros casos, aproximam-se da troca mercantil, quando se persiste na relação ternária centralizada. Nascimento (2015) realizou sua pesquisa por uma metodologia de observação participante e sistemática - a partir de Tim May (2004), Antonio Carlos Gil (2009) entre outros - próxima do modo que penso em realizar a pesquisa de autobiogeografia, embora com autores diferentes, como é o caso de Roberto Cardoso de Oliveira, antropólogo, enriquecido pelo aporte teórico de Erving Goffman, sociólogo, além de Manoela dos Anjos Afonso Rodrigues, já mencionada no início deste texto.

Oliveira (2023), em “O Trabalho do Antropólogo”, discorre sobre seu ensaio seminal sobre as habilidades básicas de olhar, ouvir e escrever: sobre a importância de o aporte teórico orientar o olhar do pesquisador; e de a habilidade de ouvir ser, antes de tudo, uma habilidade de interlocução com os sujeitos pesquisados. A última, a de escrever, discorre sobre o pertencimento do pesquisador a uma comunidade de conhecimento e de argumentação, a qual contribui para interpretação e atualização do entendimento teórico e metodológico.

Erving Goffman (2011), por sua vez, apresenta um aporte teórico metodológico orientado à leitura das representações e do espaço entendido como delimitado por barreira de restrição às percepções, referindo-se ao modo como os sujeitos ou equipes se mobilizam para construir e manter suas impressões, definindo seus posicionamentos frente uns aos outros, observando o fluxo de comunicação, às vezes mais sutis, outras vezes mais formalizados. Essa estratégia - seja individual ou em equipes - aprofunda a noção de espaços interativos.

Goffman retoma o conceito de “etologia” - o comportamento dos animais, mas também dos seres humanos - e, por fim, dos “enquadramentos” ou “frames” (a tradução para português, nesse caso, pode não ser muito precisa). Por meio desses “frames”, que são as unidades menores de uma representação, é que a percepção organiza a subjetividade, isto é, o mundo é apreendido pela lógica desses enquadramentos.

Ademais, percebo convergências entre os princípios da reciprocidade e a representação em Erving Goffman, uma vez que ambos tratam de relações estruturantes na

construção de coesão social. Em diálogo com aportes teóricos da geografia apresentados anteriormente, as representações são entendidas como espaços simbólicos, ou, ainda, linguísticos, e, portanto, construtores de sentidos de modo que considerações de ordem semiótica e ética entram em cena, corroborando para a convivência harmônica. Por exemplo, a lógica da dádiva contribui para a construção de uma relação subjetiva, identificando diferentes simetrias e suas consequências - amizade, quando positiva, ou ciclo de vingança, se negativa. Por sua vez, na lógica das representações, a verticalidade estabelece um distanciamento de um interlocutor em relação ao outro, enquanto a horizontalidade cria uma maior proximidade, sendo o sujeito quem realiza as escolhas de atuação dentro de suas possibilidades.

Para esclarecer o uso de representações, ou mesmo de atuação - pois Goffman informa que utiliza termos do campo semântico teatral por não haver melhores à época em que escreveu - apresento o seguinte exemplo: no fazer docente, se, em uma primeira instância, o professor possui uma relação vertical com os estudantes, em outra, ele pode horizontalizar-se, isto é, reduzir a distância formal e, inclusive, comentar sobre o resultado de uma partida de futebol, representando-se, então, como um grupo de amigos, e, a qualquer momento, ele retoma sua posição como professor, para retomar a aula.

Talvez se possa aproveitar o exemplo do dono da rede de pesca, no estudo dos pescadores da Ilha do Mel, realizado por Nascimento (2017). O dono da rede estabelece, em alguns momentos, uma relação mais vertical, trazendo para si a gerência das vendas de peixes, e, em outros, relação horizontal ao colocar-se como um igual aos demais pescadores, reforçando assim sua identidade junto ao grupo ou à equipe, para usar os termos de Goffman.

Há maiores sutilezas: no estudo de reciprocidade em “As Malhas da Reciprocidade”, Nascimento (2017) identificou que os pescadores da Praia do Farol e Praia do Miguel possuem maneiras diferentes de compartilhamento e organização. Na Praia do Farol, o compartilhamento é mais fechado, não é comum novos homens comporem a equipe de canoeiros, por exemplo, e a divisão entre aqueles que vão ao mar e os que puxam a rede na terra é igual. Já Praia do Miguel, há maior abertura para novos interessados em participar do ato de pesca, e se percebe nisso um momento importante de transmissão de saberes; mas, depois, a divisão dos dois terços de peixes é realizada com uma pequena diferença: aos que

foram ao mar, é reconhecido o esforço maior e, portanto, recebem dois quinhões de peixes; os demais, que apenas puxaram a rede na praia, recebem um quinhão.

O estudo de caso de Nascimento (2017) viabiliza perceber essas nuances de relação ética, sempre orientado por um arcabouço teórico, caracterizando e diferenciando diferentes grupos. Acredito que, no meu futuro estudo de representações dos estudantes de licenciatura, seja possível encontrar, também, maneiras únicas com que cada um estabelece suas relações sociais e ambientais, atuando ora de modo mais distante e imperceptível, ora mais próxima e contundente, conforme julguem necessário.

A contribuição desses autores de tradição antropológica, nesse momento, contribui para atualizar as reflexões anteriores sobre o fazer antropológico, pois percebe-se a superação de um olhar tradicionalista, apontado por Doreen Massey, em que nativos - em suas relações de reciprocidade - pertenceriam a um tempo no passado, para um olhar que compreende, nas relações deles, justamente uma solução atual às opções de relação de troca mercantil, e a mesma reflexão deve orientar o estudo com as trajetórias estudantis.

## Considerações

## finais

Na sequência, encaminho este relatório para as considerações finais, com base nas últimas bibliografias discutidas em sala de aula e a relação dessas com minha pesquisa bibliográfica. Se, no início, tratou-se da análise de conceitos, nesse momento realiza-se a síntese, percebendo-se a convergência em termos de ideologia e práxis crítica. Enfatiza-se o caráter relacional e local da produção de conhecimento, em oposição à hegemonia determinada pela classe social, isto é, burgueses frente a trabalhadores - seja do campo, seja da cidade.

Conceição Paludo (2015), em “Educação Popular como Resistência e Emancipação Humana”, explicita que “a educação se faz a partir *das* e *nas* relações sociais (grifo da autora)” e que “pode estar a serviço da reprodução dessas mesmas relações - capitalistas - ou, ao contrário, pode ser desenvolvida de modo articulado aos interesses dos trabalhadores e à construção de outra ordem societária”, tendo, como referência, a obra de Marx e Engels “Crítica da Educação e do Ensino”.

Paludo (2015) enfatiza que a produção de base teórica anti-hegemônica ocorreu não

só na Europa, mas também na América Latina, por meio de autores que vão desde José Martín, José Carlos Mariátegui, Ernesto Che Guevara de La Serna até Paulo Freire - desde o período colonial até a contemporaneidade. A autora identifica, na acumulação de capital, o *modus operandi* comum que tem unido a hegemonia do início do capitalismo, a partir do século XVI até hoje, em detrimento das condições materiais e sociais dos povos indígenas, negros e outros, que se percebem à margem do sistema societário, identificado como povo em referência à definição dada por Leonardo Boff, isto é, comunidades ativas.

Por fim, Paludo (2015) toma como base quatro períodos identificados por Florestan Fernandes para identificar diferentes sistemas de acumulação e de opressão, sendo o primeiro um histórico, que vai desde o século XVI até 1930; o segundo, de 1930 a 1960; o terceiro, de 1960 a 1980; e o quarto, a partir de 1990 até hoje, culminando na reforma empresarial da educação, pela perspectiva do neoliberalismo.

O aspecto histórico é aprofundado pela interpretação de Loureiro e Lima (2012) em “Hegemonia do Discurso Empresarial de Sustentabilidade nos Projetos de Educação Ambiental no Contexto Escolar: Nova Estratégia do Capital.” Nele, os autores trazem reflexões a respeito da apropriação do conceito de Desenvolvimento Sustentável pelo viés liberal, de modo que se antes havia um perfil conservacionista, a partir dos anos 1980 e 1990, passa a vigorar uma macrotendência pragmática.

Essa compreensão do conceito de Desenvolvimento Sustentável pela perspectiva pragmática é associada às percepções mais imediatas da degradação ambiental e social, e, para solução, propõe-se uma série de medidas mercadológicas desde o não desperdício às iniciativas de um mercado verde ou de economia de carbono. Mencionado no início desse texto, Layrargues e Lima (2014) apresentam ainda a macrotendência crítica, na qual se busca uma transformação social de modo a reformularem-se a produção, a circulação e o consumo, em prol da superação da atual situação hegemônica.

De volta a Loureiro e Lima (2012), cabe apontar que o foco desses autores é identificar o eixo central da macrotendência pragmática nas escolas por vias do discurso de empreendedorismo, da solidariedade entre as pessoas (concebidas fora das relações de produção) e da ação moralmente orientada como elementos capazes de gerar a sustentabilidade. Os autores apontam que o primeiro desses três itens é a origem do

fenômeno que implica a reprodução dos padrões societários vigentes, enfraquecendo a presença do Estado e também a autonomia pedagógica em prol de uma ideologia imediatista.

Nesse sentido, pode-se perceber o padrão educacional bancário, assim chamado por Paulo Freire (2013), em “Pedagogia do Oprimido”; porém, neste momento, foco-me na reflexão de um dos precursores da Geografia Crítica, Yves Lacoste (2012), em “A Geografia: isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra”, ao dizer que, mais para a geografia, mas também para as demais disciplinas, há uma fundamental diferença entre a geografia dos professores e a geografia dos Estados e das grandes empresas. Esse entendimento ressoa com a conclusão de Loureiro e Lima (2012).

Para Lacoste (2024), a primeira geografia ensinada nas escolas e nas universidades, de modo predominante, é um imenso repertório de conhecimento a ser armazenado, mas com pouca aplicação prática. Ele ainda cita a geografia do espetáculo - ou do turismo e do cinema -, enfatizando que ambas mascaram a importância da geografia e colocam as pessoas em posição de passividade e cuja finalidade é um prazer estético imediato, das fotografias, sem se saber a realidade local.

Por fim, a geografia, em si, é aquela para se fazer a guerra, como o próprio título do livro sugere, utilizada por uma minoria no poder. Ele desenvolve explicando que, se, em outras épocas, nos governos autoritários, alguns mapas foram proibidos de circular em espaços de acesso público, hoje é a capacidade de leitura desses mapas que divide a geografia que orienta relações de poder e a outra da educação bancária.

Partindo, portanto, de uma compreensão atualizada da noção de espaço e de como os termos geográficos são interessantes e aplicáveis, a finalidade da minha pesquisa de campo é encontrar-me com a narrativa de vida de outros estudantes, compreendendo a trama política, os desafios pessoais, sociais, ambientais, políticos e tecnológicos que perpassam e apresentam desafios e realizações de novas práticas e reflexões, enfim da práxis crítica.

A visita às escolas municipal e estadual na Ilha do Mel, a interação com o corpo docente e discente e a discussão final em sala de aula foram importantes para repensar os conceitos abordados nesse texto, percebendo, no itinerário até a ilha, os recursos físicos, simbólicos e espirituais disponíveis, potenciais e ausentes. Martha Tristão pontua que “procuramos encontrar uma educação ambiental menor e múltipla. Buscamos as experiências menores das

populações que vivem a seu modo e devoram seu cotidiano com suas práticas.” A autora ressalta ainda que “o que nos interessa é o que foge aos mecanismos de controle, o que escapa, criando fluxos de resistências”.

O aporte teórico instiga uma série de caminhos de análise, como, por exemplo, o impacto de tratados internacionais em âmbito local, como no caso do Pacto Americano de San José da Costa Rica e do Protocolo de San Salvador, isto é, o direito a um ambiente agradável. Há também a base legal, tanto no âmbito nacional, principalmente pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, quanto internacionalmente, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 169, que, no Brasil, foi reafirmada pelo Decreto nº143 de 2003 e Decreto nº 6040 de 2007, garantindo o direito ao legítimo pertencimento étnico, cultural e identitário.

Tal aporte teórico foi apresentado pelos professores nas aulas e mencionado pelo antropólogo Oliveira (2023), o qual apresenta um quadro analítico por meio das três esferas de ação, a saber, a local, a nacional e a internacional. Oliveira traz também outros conceitos por meio do livro de 2023, “Caminhos da Identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo”, trabalhando de modo mais específico a construção e o uso das identidades.

Finalizando, o módulo “Fundamentos das Relações Meio Ambiente, Sociedade e Educação” interagiu muito com o que eu pensei sobre minha pesquisa, em termos teóricos e metodológicos. As contribuições dos colegas, cada um com perspectivas únicas, trouxeram pluralidade de abordagem e sensibilidade, muitos casos que, devido à especificidade, não cabe acrescentar nesse momento também ficam na memória. Por fim, acompanhar as aulas com um corpo docente triplo foi excepcional - particularmente gostei muito desse modelo de aulas e apresento minha gratidão por ter compartilhado esse segundo semestre de 2024 com todos (e aqui incluo as aulas em que estive como discente ouvinte no primeiro semestre conhecendo o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável).

## Referências:

- ARTAXO, Paulo. **Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?** Revista USP, São Paulo, n. 103, p. 13-24, 2014.
- BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. **ANTROPOCENO OU CAPITALOCENO: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global.** Revista Iberoamericana de Economía Ecológica Vol. 31, No. 1: 1-17. 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREITAS, Ana Elisa de Castro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. **Currículo e Resistência: Horizontes para uma Ecologia de Saberes.** Espaço do Currículo, v.9, n.2, p. 188-199, Maio a Agosto de 2016.
- FREITAS, Ana Elisa de Castro. **Universidade e Juventude na América Latina: horizontes e desafios para uma afirmação das epistemologias do Sul – Diálogos com Boaventura de Sousa Santos.** Movimento - Revista de educação, v. 7, n. 13, 2020.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação:** Nova Direita, Velhas Ideias. 1ª ed. Expressão Popular. São Paulo, 2018.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem.** Tradução: Maria Goes. Gradiva publicações Ltda. (1992)
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável.** Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI, 2001.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Ed. 18 Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** Editora Contexto, 1989.
- HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004.
- KRENAK. Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo.** Companhia das Letras, 2020.
- KOSIK, Karel; **Dialética do concreto;** tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1976.
- LACOSTE, Yves. **A geografia : isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Tradução de Maria Cecília França. 19ª ed. Campinas, SP : Papius, 2012.
- LAYRARGUES P. P.; LIMA, G. F. C. **As macrotendências político-pedagógicas da educação**

**ambiental brasileira.** Ambiente & Sociedade, 2014.

LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares de. **Almanaque ecossocialista de práticas educativas.** Coordenação. Macaé, RJ. NUPEM Editora, 2021.

LITORAL, U. F. P. R. Projeto Político Pedagógico. **Universidade Federal do Paraná Setor Litoral,** 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico B., e LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares de. **A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital.** *Revista Contemporânea de Educação* 7.14 (2012): 289-303.

MASSEY, Doreen B. **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade.** Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achilles. **Necropolítica.** N-1 Edições, 2018.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica.** Ed. Annablume, 2007.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do; DENARDIN, Valdir Frigo. **Malhas da reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel–litoral do Paraná.** *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 40, 2017.

\_\_\_\_\_. **Malhas da reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel.** Diss. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável)--Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2015.

NOGUEIRA, Christiano. **Contribuições para a Educação Ambiental Crítica.** São Paulo: Contexto, 2023.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** - 4ª ed. Editora Unesp, 2023.

\_\_\_\_\_. **Caminhos da identidade. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.** 2ª ed. Unesp, 2023.

PÁDUA, José Augusto. **The theoretical Foundations of environmental History.** *Estudos avançados* 24 (68), 2010.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular como Resistência e Emancipação Humana.** *Cad. Cedes, Campinas*, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015.

POGGI, Tatiana. **Conservadorismo verde: ecofascismo e movimento verde de extrema-direita na Alemanha.** *Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2021: O futuro exterminado?*

Crise ecológica e reação anticapitalista. Org: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Niterói, 2021.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**; tradução de Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

RACHID, Laura. **Ailton Krenak: florestania para aprender a ouvir o rio e a montanha**. Revista Educação, Edição 299, 2023.

RODRIGUES, Manoela dos Anjos Afonso. **Autobiogeografia como metodologia decolonial**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 26º, 2017, Campinas. Anais do 26º Encontro da Anpap. Campinas: PUC, 2017.

\_\_\_\_\_. Página da Autora. <https://autobiogeography.org/>

\_\_\_\_\_. **Language and place in the life of Brazilian women in London: writing life narratives through art practice**. David Cross. 2016.

SANTANA, Camilo Sobreira de. **Análise da efetividade dos estudos de impacto ambiental: o caso do Estado do Ceará**. Universidade Federal do Ceará, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Record, 2023.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico**. Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SAQUET, Marcos Aurelio; DA SILVA, Sueli Santos. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ, v. 2, n. 18, 2008.

TAIBO, Carlos. **Colapso: Capitalismo Terminal, transição ecossocial, ecofascismo**. Tradução de Marília Andrade Torales Campos e Andréa Macedônio de Carvalho. Curitiba, ed. 2019.

TRISTÃO, Martha. **Educação ambiental e a descolonização do pensamento**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. UFES, 2016.

TUAN. Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Difel, S. Paulo, 1980.